

Ano 6 | nº 21 | Maio 2015

# SINAL PLURAL

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

ORDEN E PROGRESSO

50 anos do Banco  
Central do Brasil

A História que o  
Sinal quer contar

Direitos sociais em  
retrocesso

# BANCO CENTRAL DO BRASIL ■ 50 ANOS ■ NÓS ESTAMOS PRESENTES

**Por trás de uma grande  
conquista há sempre  
grandes colaboradores**

Experiências não são  
passadas, são vividas.  
Você viveu parte delas,  
e construiu com seu  
conhecimento, dedicação  
e valores, o alicerce  
de uma Instituição sólida,  
respeitada, reconhecida e  
de vanguarda.

**Parabéns!**



“Vivendo e aprendendo a jogar”, cantava Elis Regina, que completaria 70 anos em 17 de março. A frase da composição de Guilherme Arantes cabe como luva, no dizer antigo, para os dias vividos no Brasil desde o fechamento das urnas de 2014.

Pelo lado bom, do pacote de ajuste fiscal à tentativa de retrocesso em direitos trabalhistas e sociais, os atos originados no Executivo ou no Legislativo botaram os “blocos na rua”. O Brasil mostra, assim, sua face. Que não é, como nunca foi, homogênea. Divergências debatidas com liberdade e tolerância são os pilares da democracia.

Na história dos 50 anos do Banco Central, por exemplo, completados em 31 de março, está, também, a luta de seus trabalhadores à sindicalização, como ocorreu a todo o funcionalismo, conquista garantida somente pela Constituição de 1988. Dessa luta, brotaram histórias e lideranças hoje em caminhos diversos, como adianta João Marcus Monteiro, coordenador do projeto memória do Sinal. Na contribuição ao debate sobre os 50 anos do Bacen, republicamos artigo do ex-presidente da instituição, Gustavo Franco, contando a história da fundação da autarquia.

Nas últimas semanas, trabalhadores dos setores público e privado pelem contra a redução de direitos previdenciários e no acesso ao seguro-desemprego, em discussão no Congresso, a partir de medidas provisórias e do debate da Lei Orçamentária Anual, que define também o reajuste dos servidores públicos federais. Em Brasília, também é intenso o debate sobre o projeto das terceirizações. Até o momento, conseguiu-se garantir, pelo menos, o impedimento da terceirização para atividades-fim na administração direta e empresas públicas.

Convidamos os deputados Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), a exporem, em artigos, seus pontos de vista conjunturais. Os dois experientes parlamentares iniciaram sua trajetória política no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que liderou, há pouco mais de trinta anos, as Diretas, Já! nas ruas e nos bastidores políticos, unindo a oposição ao regime civil-militar.

Na seção Prata da Casa trouxemos, carinhosamente, “As Cajazeiras”, Dinalva, Graça e Elenice, grevistas do Sinal Rio de Janeiro que se reúnem mensalmente com amigos de várias gerações do Banco Central. Criaram até um bloco de Carnaval, com direito à marchinha e concentração no bairro mais famoso do país, Copacabana.

Em Cultura, a exposição Picasso e a Modernidade Espanhola, em cartaz no CCBB de São Paulo. A tragédia dos conflitos internacionais, como os que hoje matam ou desterram milhares de cidadãos na África ou na Síria, eternizada no painel Guernica, registro da Guerra Civil que afligiu de 1936 a 1939 o país natal do mestre do cubismo, é uma das obras mais procuradas pelo público.

Desde já, desejamos boa gestão às novas direções – regionais e nacional – do Sinal, para o biênio 2015-2017, eleitas em 15 de abril e 2 de maio, respectivamente.

À luta, portanto, com disposição e alegria.

Boa leitura!

*Daro Marcos Piffer*  
*Presidente Nacional do Sinal*

**Sinal Plural**

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)

**Sede Nacional**

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo  
Ed. Baracat - Asa Sul - Cep 70.309-900  
Brasília - DF | Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br | www.sinal.org.br

**Diretoria Executiva Nacional - Biênio 2015/2017**

**Presidente**

Daro Marcos Piffer (São Paulo)

**Diretor Secretário**

Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)

**Diretora Financeira**

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho (Curitiba)

**Diretor de Assuntos Jurídicos**

Jordan Alisson Pereira (Curitiba)

**Diretor de Comunicação**

Iso Sendacz (São Paulo)

**Diretor de Relações Externas**

Luis Carlos Paes de Castro (Fortaleza)

**Diretor de Estudos Técnicos**

Mauro Cattabriga de Barros (Belo Horizonte)

**Diretor de Assuntos Previdenciários**

José Vieira Leite (Rio de Janeiro)

**Diretor de QVT**

Márcio Silva de Araújo (Rio de Janeiro)

**Diretora de Ações Estratégicas**

Rita Girão (Brasília)

**Presidentes Regionais**

**Belém** - José Flávio Silva Corrêa

**Belo Horizonte** - Renato Fabiano Matheus

**Brasília** - Rita Girão

**Curitiba** - Enrikson Antonio Falabretti

**Fortaleza** - Jomar Fonteles Borges

**Porto Alegre** - Ricardo Luis Piccoli

**Recife** - José Milton Bezerra

**Rio de Janeiro** - Sergio da Luz Belsito

**Salvador** - Epitácio da Silva Ribeiro

**São Paulo** - Paulo Lino Gonçalves

**Conselho Editorial**

Daro Marcos Piffer

Gustavo Diefenthaler

Sérgio da Luz Belsito

Myrian Luiz Alves (jornalista responsável)

**Equipe da Sinal Plural**

**Editora**

Myrian Luiz Alves (MTb 26891/95 - SP)

**Designer Gráfico**

Milena Florentino da Silva

**Suporte**

Edemilson Santos Tavares

Jorge Manoel Custódio Júnior

**Ficha Técnica**

Impressão - EDISONHO EDITORA LTDA.

Tiragem - 4000 exemplares

Impresso em Papel Couchê-Capa-180gr|MioLo- 90gr

**8 SAÚDE**

Atividade física intensa ajuda a viver mais, diz estudo

**13 ARTIGO**

Jandira Feghali - Na defesa dos direitos sociais

**16 ARTIGO**

Luiz Carlos Hauly - Dilma sabotou o Plano Real e agora pendura a conta nos trabalhadores

**20 MEIO AMBIENTE**

BNDES financiará R\$ 20 milhões em reflorestamento

**22 TURISMO**

ASBAC Porto Alegre

**24 PREVIDÊNCIA / CONGRESSO NACIONAL**

MP 664: Direitos sob ataque

**26 CAMPANHA SALARIAL**

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais estabelece agenda de mobilização

**28 CONCURSADOS**

Orçamento da União 2015 previa ampliação do quadro do

Banco Central

**29 JURÍDICO**

Ações Judiciais

**30 LAZER**

Depois da comida, leve o prato!

**31 SINAL**

A História que o Sinal quer contar

**34 PRATA DA CASA**

As “Cajazeiras” e o compromisso com a luta e a alegria

**37 BC EM DEBATE / 50 ANOS**

- Presidentes do Senado e Câmara debatem independência da autarquia

- Artigo: Gustavo Franco - 50 anos de Banco Central

**41 CULTURA**

A atualidade de Picasso e seus amigos, no CCBB



# Sinal elege nova direção para o biênio 2015-2017



*Direx do Sinal: Jordan Pereira (Curitiba), Epitácio Ribeiro (Salvador), Luís Carlos (Fortaleza), José Leite e Márcio Araújo (Rio de Janeiro), na segunda fileira. Iso Sendacz e Daro Piffer (São Paulo), Ivonil Guimarães, Mauro Cattabriga (Belo Horizonte) e Rita Girão (Brasília) ausente na foto.*

**N**a sexta-feira, 2 de maio, o Conselho Nacional, reunido em Belo Horizonte, reconduziu Daro Marcos Piffer à presidência do Sinal.

A nova Diretoria Executiva (Direx), eleita para conduzir os rumos sindicais dos servidores do Banco Central do Brasil nos próximos dois anos, também manteve Jordan Alisson Pereira no Jurídico, Epitácio da Silva Ribeiro como Diretor-Secretário e Luís Carlos Paes de Castro em Relações Externas. Para as diretorias de Estudos Técnicos, Mauro Cattabriga de Barros; Comunicação, Iso Sendacz; Financeira, Ivonil Guimarães Dias de Carvalho; Assuntos Previdenciários, José Vieira Leite; Ações Estratégicas, Rita Girão; e, para Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), Márcio Silva de Araújo.

A direção política do Sinal ficará a cargo dos conselheiros Daro Piffer, presidente, Ricardo Picolli, de Porto Alegre, Enrikson Falabretti, de Curitiba, Paulo Lino, Eduardo Stalin e Natalino Sakamuta, de São Paulo, Renato Fabiano, de Belo Horizonte, Sergio Belsito, João Marcus, Nehemias Monteiro e José Sanches, do Rio de Janeiro, Epitácio Ribeiro, de Salvador, José Milton, de Recife, Jomar Fontelles, de Fortaleza, José Flávio, de Belém e Rita Girão, José Ricardo, Gregório Lopes e Josina Oliveira, de Brasília.

Os conselhos regionais e fiscais foram eleitos pelos filiados em 15 de abril nas dez regionais do sindicato sediadas nas capitais que abrigam representações do Banco Central: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A votação ocorreu por meio eletrônico e, em alguns casos, também por urna física.

## Conselhos Regionais do Sinal

### BELÉM

José Flavio Silva Correa  
Reginaldo Bentes dos Santos  
Orlando Bordallo Jr  
Janary Silva da Conceicao  
Paulo Cruz Nunes de Moraes  
Alba das Graças Alvarez Silva

#### Conselho Fiscal

Sem Conselho Fiscal

### BELO HORIZONTE

Anibal Cordeiro de Melo  
Antônio José de Paula Neto  
Cláudio de Oliveira Lacerda  
José Raymundo Nardy  
Mauro Cattabriga de Barros  
Pedro José Cifuentes Gonçalves  
Renato Fabiano Matheus

#### Conselho Fiscal

Charles Wilis Cunha Garcia  
Flávio Araújo Guimarães  
Oswaldo de Jesus Ribeiro

### BRASÍLIA

Rita Girão Guimarães  
José Ricardo da Costa e Silva  
Gregório Alberto Saiz Lopes  
Josina Maria de Oliveira  
Vania Maria Monteiro Souto  
Marcelo Araujo da Costa  
Renner Augusto Carmo  
Mascarenhas  
Fernando Cerveira de Sena  
Mauro Mazzochin

#### Conselho Fiscal

Ailton Guimarães  
Elias Bueno  
Pedro BorgesLeitão Jr.

### CURITIBA

Agenor da Silva Correa  
Carlos Alberto Sabino Lopes  
Eddie John Lehrer  
Edgard Tesser  
Enrikson Antonio Falabretti  
Fernando Stimamiglio Júnior  
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho  
Jordan Alisson Pereira  
Luiz Carlos Alves de Freitas  
Marcos Santos Meneghini  
Maurício Paulo Silva Furtado  
Miguel Hostílio Silveira Vargas  
Nildson de Ávila Silva  
Ricardo Vitor Santos  
Sebastião Benedito Cerizza  
Tyrso Meireles Neto

#### Conselho Fiscal

Ronaldo Ferreira  
Adriano Esteves Ferreira  
Luiz Gastão de Lara

### FORTALEZA

Aldenilton dos Santos Paixão  
Alfredo Nunes de Souza  
Eduardo Giuseppe de S. Araújo  
Francisco de Assis Tancredi Soares  
Henrique Sérgio Pereira de Souza  
Jomar Fonteles Borges  
José Roberto Alves de Albuquerque  
José Roberto Silva Frota  
Luís Carlos Paes de Castro  
Reginaldo Cardoso da Silva  
Ricardo Antonio Meireles Arruda  
Uverlan Rodrigues Primo

#### Conselho Fiscal

Carlos Ricardo Lessa de Moura  
Evaristo Donato Araújo  
Silvio Jereissati Tajra

### PORTO ALEGRE

Ricardo Luis Piccoli  
Gustavo Diefenthaler  
Luis Eugenio de Assis Puricelli  
Ramiro de Ávila Peres  
Maria da Glória dos Santos  
Jose Carlos Seberino  
Antônio Luiz Bohnert  
Luiz Carlos Correa Feio  
Vanessa Paula de Ross

#### Conselho Fiscal

Jesus Claudio da Silveira  
Leandro Mattei  
Joao Antonio Domingues de Salles

**RECIFE**

Dagberto Cavalcanti Pereira de Melo  
 Alexandre José Sobral Baracho  
 José Airton Salzano Filho  
 Venetia Constantinos Voulassikis Maia  
 José Milton Bezerra

**Conselho Fiscal**

Jarbas Lopes Lobo  
 Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes  
 Ulisses Scairato Filho

**RIO DE JANEIRO**

Arlindo Soutelo Salgado Filho  
 Cícero Ricardo Máximo Bezerra  
 Delphim Soares Nogueira Neto  
 Emilton de Almeida Rocha  
 Enio Franco Coelho  
 Esther Baker Shashoua  
 Fabiano Alberton de Alencar Nogueira  
 Fernando Jorge Junior  
 Francisco Alceu Bueno Cenovicz  
 Izalina Vitória Villela  
 João Marcus Monteiro  
 Jorge Mello de Albuquerque  
 Jose Aloísio Guimarães Sanches  
 Jose Henrique Guimarães  
 Jose Raimundo dos Santos  
 Jose Vieira Leite  
 Juan Pablo Paineira Paschoa  
 Laerte Silveira Porto  
 Luciana Lira Sciotta  
 Luiz Rafael Gonçalves Giordano  
 Marcio Silva de Araujo  
 Marcos Antonio da Silva Lopes  
 Maria da Graça Santos Diz Cenovicz  
 Maria Jose Ponciano Sena Silvestre  
 Marly Guedes Cavalcante  
 Nehemias Monteiro Junior  
 Paulo Thomaz da Silva  
 Rodrigo Villela Pedras Ferreira  
 Sérgio Canas Prata  
 Sérgio da Luz Belsito  
 Thiago Soares de França  
 Wagner Geraldo F. de Carvalho

**Conselho Fiscal**

Amilton Ferreira da Silva  
 Ely Alberto Alves da Costa  
 Jose Ribamar Santos Barros

**SALVADOR**

Adriana Moreira Costa Ferreira  
 Álvaro Lima Freitas Júnior  
 André Gama Rebouças  
 Epitácio da Silva Ribeiro  
 Manoel da Cunha Filho  
 Márcio Vinicius Limeira Nascimento  
 Pablo da Costa Saavedra

**Conselho Fiscal**

Gustavo Loula Castro Nunes  
 Maurício Alves de Miranda  
 Paulo Caetano da Silva

**SÃO PAULO**

Aldomar Guimarães dos Santos  
 Aparecido Francisco de Sales  
 Cassiano Monteoliva Peinado  
 Cassio Roberto Leite Netto  
 Cleide Napoleão  
 Cristiana Kunika Nakazawa  
 Daro Marcos Piffer  
 Eduardo Stalin Silva  
 Iso Sendacz  
 José Paulo Vieira  
 Maurício José Anceschi  
 Natalino Yoshimi Sakamuta  
 Patrícia Cesário de Faria Alvim  
 Paulo Lino Gonçalves  
 Semíramis Ensel Wizentier

**Conselho Fiscal**

Geraldo José de Sousa  
 José Eriberto Silva  
 Otílio Severian Loureiro

# CVM investiga ex-conselheiros da Petrobras por induzir investidor a erro

**N**a primeira semana de maio, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu processo sancionador contra ex-integrantes do Conselho de Administração da Petrobras e um conselheiro atual, para averiguar se induziram investidores da companhia a erro por terem aprovado medidas que inviabilizavam o plano de negócios da estatal.

São alvos da investigação o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, a ex-ministra do Planejamento e atual presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, o ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e atual presidente da Eletrosul, Marcio Zimmermann.

Além deles, são investigados também Sérgio Quintella, Jorge Gerdau, José Maria Ferreira Rangel e Francisco Roberto de Albuquerque.

Segundo o órgão regulador do mercado de capitais, os ex-conselheiros são suspeitos de terem descumprido o artigo 155 da Lei nº 6.407/76, que diz que “o administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios”. O processo visa a apurar a responsabilidade dos investigados na suposta indução dos investidores a erro. Ao aprova-

rem o Plano de Negócios 2014-18, eles também teriam concordado com uma política de controle de preços de combustíveis do governo que inviabilizava o cumprimento das metas.

Divulgada em 5 de maio, a ação foi aberta no dia 20 de março deste ano. Se forem confirmadas as práticas irregulares,

os investigados poderão ser multados em até R\$ 500 mil reais, suspensos do cargo e impedidos de assumi-lo novamente em até vinte anos. Dos investigados, apenas o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, segue no Conselho da Petrobras, renovado recentemente.

(Fonte: Agência Estado, 05/05/2015)





## Atividade física intensa ajuda a viver mais, diz estudo

**A** prática intensa de atividades físicas, que faz transpirar, deixa a pele avermelhada e dificulta a respiração pode ser mais vantajosa do que os exercícios moderados para a longevidade.

O estudo, realizado por cientistas australianos, se baseia na experiência de mais de 200 mil adultos com mais de 45 anos acompanhados por mais de seis anos, e foi publicado na terça-feira, 7 de abril, dia Mundial da Saúde, no periódico *Journal of the American Medical Association (JAMA) Internal Medicine*.

Aqueles que fazem marcha atlética (*jogging*), exercícios aeróbicos ou tênis de competição – um exercício intenso durante 30% do seu treino semanal – têm uma taxa de mortalidade de 9% a 13% mais baixa do que aqueles que fazem exercício moderado, como natação, tarefas domésticas ou tênis jogado de maneira recreativa.

(Fonte: AFP)

## Cidades promovem ações de incentivo à prática de exercícios

“Da saúde se cuida todos os dias” foi o tema da campanha do Ministério da Saúde que marcou as ações em comemoração ao Dia Mundial da Atividade Física, na segunda-feira, 6 de abril. Ao longo do mês, 90 municípios promoveram atividades para chamar a atenção da população para a prática regular de exercícios, como forma eficaz de evitar doenças e mortes. O sedentarismo está fortemente relacionado ao aparecimento de doenças como o excesso de peso, obesidade, diabetes e hipertensão, que hoje afetam 49% da população brasileira.

De acordo com estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), pessoas sedentárias têm entre 20% e 30% de aumento do risco de mortalidade, em especial por doenças crônicas. Por isso, a prática regular de atividades físicas é fundamental para manter a mente e o corpo saudáveis.

Além dessas cidades, oito capitais também centraram ações na promoção da atividade física: Belo Horizonte, Aracaju, Fortaleza, Maceió, Porto Velho, Salvador, Brasília e Recife. A ideia é sensibilizar a população sobre a importância de promover hábitos saudáveis de vida, como manter uma alimentação saudável e praticar exercícios pelo menos três vezes por semana.

Durante os eventos, foram realizadas práticas corporais e de lazer, como caminhada, passeio ciclístico, jogos e dança, práticas de alimentação saudável, de higiene e saúde bucal, contra o consumo de cigarro, álcool e drogas, de violência e acidentes e distribuição de material educativo.



## Sedentarismo

Segundo dados do Ministério da Saúde (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel), em 2013, 33,8% da população adulta das capitais praticava exercícios. O índice é maior que o de três anos atrás (33,5%), o que aponta para uma tendência de aumento deste hábito.

A prevalência da inatividade física em pessoas acima de 18 anos é um dos indicadores utilizados pelo Ministério para monitorar fatores de risco para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como câncer, hipertensão e diabetes. De acordo com dados de um estudo divulgado em 2012 pelo periódico *The Lancet*, o sedentarismo já responde pela redução da expectativa de vida da humanidade de forma tão significativa quanto o tabagismo e a obesidade. São estimadas cinco milhões de mortes por ano em todo o mundo por conta do sedentarismo.

O levantamento traçou um perfil da prática de atividade física no mundo e apontou que, no Brasil, 49% da população está inativa, ou seja, realiza menos de 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana. A pesquisa ainda revelou a situação de inatividade física de outros países como Argentina 68,3%, Congo 48,6%, Emirados Árabes 62,5%, Estados Unidos 40,5%, México 37,7%, Portugal 51% e Japão 60,2%.

Entre as ações do Ministério da Saúde para incentivar a prática de atividades físicas e hábitos saudáveis na população, está o Programa Academia da Saúde. A iniciativa possibilita a implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados para a promoção de modos de vida saudáveis. O programa está implantado em todos os estados brasileiros, em um total de 2.857 municípios.

(Fonte: Portal Saúde)

O ambiente é capaz de decidir o que as pessoas vão comer.

Em frente à TV, no ônibus ou na rua, as escolhas, em geral, são alimentos prontos para consumo, como biscoitos, doces, salgadinhos de pacote. Afinal, não exigem garfo nem faca e estão disponíveis em todo lugar: da farmácia ao posto de gasolina.

À mesa, porém, come-se mais comida “de verdade”, como frango, macarrão e legumes. O modo de comer também é mais saudável: envolve cozinhar, colocar a mesa e, se possível, compartilhar o momento.

Comer alimentos frescos, cozinhar sua própria comida e fazer suas refeições em companhia de amigos estão entre as dez novas regras para uma alimentação saudável, publicadas no *Guia Alimentar para a População Brasileira*, editado pelo Ministério da Saúde. O manual foi considerado o melhor do mundo na área de educação alimentar pelo *Vox*, principal jornal eletrô-



# 5 regras para uma alimentação saudável

nico dos Estados Unidos. As dicas foram tema do Especial Cidadania, do *Jornal do Senado*, da terça-feira, 7 de abril, Dia Mundial da Saúde.



Para manter a saúde, a regra de ouro do guia é priorizar os alimentos naturais ou minimamente processados, como o tradicional arroz com feijão. Óleos, sal e açúcar, com moderação, temperam sem alterar a qualidade nutricional do prato. As conservas, os queijos e os pães artesanais entram em pequenas quantidades, para compor pratos baseados em alimentos frescos. Já produtos como lasanha pronta, macarrão instantâneo (miojo) e embutidos devem ser evitados.

Ricos em açúcares, gorduras, com teor elevado de sódio, pouca fibra e alta densidade energética, os ultraprocessados têm uma composição nutricional desbalanceada. Estão diretamente relacionados à obesidade e a outras doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e vários tipos de câncer. É nos países de renda baixa e média que os ultraprocessados encontram mais terreno para crescer. No Brasil, saltaram de menos de 20% nos anos 1980 para, em 2009, 28% do to-

tal das calorias ingeridas. Bem abaixo, ainda, dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Nesses países, o índice ultrapassa os 50%.

Com 70% ainda de calorias vindas de alimentos frescos, o Brasil tem uma janela de oportunidade para reverter o quadro.

“Os países que têm uma cultura culinária mais forte, como Brasil e França, têm menos uso hoje de industrializados. A força da alimentação tradicional é uma das barreiras para frear essa transição”, afirma Maria Laura Louzada, do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da *Universidade de São Paulo* (USP).

## 10 passos para uma alimentação saudável

- 1 Faça dos alimentos naturais a base da alimentação
- 2 Use óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades
- 3 Limite o consumo de produtos processados
- 4 Evite os ultraprocessados
- 5 Coma com regularidade e atenção e, se possível, com companhia
- 6 Faça compras em locais que ofereçam alimentos frescos, como feiras
- 7 Desenvolva, exercite e partilhe habilidades culinárias
- 8 Planeje o tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece
- 9 Fora de casa, dê preferência a comidas feitas na hora
- 10 Seja crítico quanto à publicidade de alimentos

# TODOS SONHAM COMO VIVER NA APOSENTADORIA



**A Centrus tem o plano de  
benefícios que pode ajudá-lo a  
planejar e realizar seus objetivos!**



**CENTRUS**

Fundação Banco Central de Previdência Privada  
Ed. Corporate Financial Center - SCN - Quadra 2 - Bloco A - 8º andar  
Brasília-DF - CEP 70712-900 - Atendimento: 0800 7040494  
pcd@centrus.org.br - www.centrus.org.br



# Na defesa dos **DIREITOS SOCIAIS**

Jandira Feghali | Deputada (PCdoB-RJ)

**A**s duas medidas provisórias (MPs) 664 e 665 tiveram forte impacto no cenário político nacional. O alvoroço surge da tentativa de mudança nas regras na concessão da pensão por morte e do seguro-desemprego, respectivamente. As MPs fazem parte das ações anunciadas pelo Executivo para gerar uma economia nos cofres públicos de R\$ 18 bilhões em 2015.

Como defende historicamente os direitos dos trabalhadores, nossa bancada do Partido Comunista do Brasil na Câmara dos Deputados não admite retrocessos no que diz respeito às garantias já conquistadas e pretende anular alguns efeitos das medidas provisórias.

Somos rigorosamente contra os ajustes nos direitos sociais. Principalmente, aqueles que modificam o acesso ao seguro-desemprego de seis para 18 meses. Ampliar o prazo de carência é não dar acesso ao seguro, principalmente pela alta rotatividade do nosso mercado de trabalho. Esses direitos são muito importantes para o mundo do trabalho e nosso esforço será mantê-los.

De acordo com o texto da Medida Provisória 664/14, que muda as regras vigentes para a concessão de pensão por morte, a partir de março deste ano, o valor do benefício será reduzido pela metade, podendo ser acrescido, proporcionalmente, ao número de filhos ou dependentes. Para nós, esse ponto precisa ser retirado da MP. Outro fator questionado é a retirada dos limites de duração da pensão conforme a expectativa de sobrevida do cônjuge beneficiário.

Uma das emendas do PCdoB inclui o § 8º no Art. 77, da Lei nº 8.213, para que o tempo de duração da pensão seja prorrogado até que todos os dependentes do segurado completem 18 anos ou 24 anos, caso seja estudante de terceiro grau, ou se inválidos, enquanto perdurar a invalidez. Como descreve o texto, “havendo filho ou outro dependente incapaz ou com idade inferior a 18 anos ou com idade inferior a 24 anos, se estudante de terceiro grau, é preciso assegurar a proteção previdenciária. É preciso manter a proteção à família, à criança, ao adolescente e ao jovem, prevista na Constituição Federal”.

Já a MP 665/14, que altera as regras para a concessão de seguro-desemprego, causa um desconforto

maior. Segundo a medida, o trabalhador demitido terá de comprovar 18 meses de carteira assinada – computados nos últimos dois anos – para receber o benefício. Atualmente, são exigidos apenas seis meses. Na segunda solicitação, a carência prevista na MP cai para 12 meses e somente a partir da terceira é que volta para seis meses.

Nossa bancada comunista enxerga que essas novas exigências não estão de acordo com a realidade do mercado de trabalho brasileiro, especialmente diante da alta rotatividade existente. Dados da última Relação Anual de Informações Sociais (Rais) apontam que os trabalhadores em situação de primeiro emprego, contratados pela CLT por prazo indeterminado e que foram demitidos ao longo de 2013 – exatamente o grupo que teria direito ao seguro-desemprego – acumularam em média menos de cinco meses de trabalho. O dado comprova que



a ampliação da carência afastará a maior parte dos trabalhadores da condição de beneficiário.

Segundo dados divulgados em janeiro pelo Ministério do Trabalho e Emprego, as novas regras para a concessão do seguro-desemprego podem reduzir em 26% ou em mais de 2 milhões o número de trabalhadores que receberão o benefício em 2015.

É importante salientar que não podemos abandonar a trajetória de avanços na área social. O Brasil deu saltos visíveis perante todos os brasileiros e o mundo inteiro reconhece as políticas sociais que foram adotadas: distribuição de renda, política de salário mínimo e de preservação de direitos, como a formalização de relação de trabalho. Não podemos agora retroceder.

No combate à crise e contenção dos gastos, é importante chamar a atenção sobre a sonegação fiscal. Hoje, a desmedida evasão de divisas é alimentada pelo capital financeiro. Para piorar, são todos aliviados por uma imprensa de joelhos, além de um modelo tributário frouxo com quem tem maior patrimônio. É oportuno apontar que estes bilhões de reais não tributados no Brasil poderiam irrigar a arrecadação da União, hoje uma prioridade para manter as contas públicas.

Se a meta é alcançar o equilíbrio fiscal para garantir as políticas sociais, que se investigue, puna



e cobre o que é devido aos cofres públicos. Ajustes, quando necessários, se fazem combatendo a sonegação e conferindo maior progressividade a nosso modelo tributário e não às custas de políticas sociais fundamentais para combater desigualdades.

Infelizmente, nosso sistema tributário ainda é bastante regressivo e, portanto, injusto para com os que vivem da renda do trabalho e benevolente para com os que sonegam e especulam. Desde a redemocratização cobra-se mais de quem tem menos e nada cobra-se da minoria que muito tem. Ricos não pagam IPVA sobre seus luxuosos iates e helicópteros, mas a classe média se afoga em impostos das mais variadas espécies para manter um carro popular.

Teve início no Governo Lula o debate da progressividade quando se ampliou as faixas de imposto de renda. Agora, o Brasil tem em mãos a oportunidade de garantir uma tributação justa com a Contribuição sobre Grandes Fortunas, por meio do Projeto de Lei Complementar 10/2015, de minha autoria. A proposta permitiria um aporte extraordinário para a saúde pública, com expectativa de arrecadação de quase R\$ 20 bilhões anuais. A maior parte, quase metade, viria de menos de mil brasileiros com patrimônio acima de R\$ 150 milhões.

Esta é a direção que temos que seguir neste momento. Combater a sonegação, a lavagem de dinheiro, a



Foto: Ery Miranda

Deputada Jandira Feghali - Líder do PCdoB, cumpre seu sexto mandato na Câmara. Médica, passou a militar em 1981, com a legenda ainda na clandestinidade, atuando junto ao então Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

corrupção e propor uma tributação progressiva são desafios a serem superados. O desenvolvimento econômico, social e uma sociedade menos desigual precisam de mecanismos urgentes como este. É momento do Brasil dar um basta a práticas que só beneficiam poucos, em detrimento da maioria da população. Nossa nação precisa abrir os olhos e apresentar a fatura do desenvolvimento e dos ajustes fiscais a quem é de direito: os milionários sonegadores.

# Dilma sabotou o Plano Real e agora pendura a conta nos trabalhadores

Luiz Carlos Hauly | Deputado (PSDB-PR)

**O**s brasileiros estão tendo que pagar cada vez mais caro pelos desmandos das gestões petistas e pelo acúmulo de erros na política econômica.

A economia, que já vinha se arrastando, entrou de vez em recessão. A inflação está cada vez mais alta e as famílias e o setor produtivo estão sendo submetidos a um tarifação em bens e serviços essenciais, como energia elétrica, combustíveis e transportes públicos. O mercado de trabalho começa a se deteriorar rapidamente e, apesar disto, o Governo eleva juros e tributos, debilita as políticas de proteção ao trabalhador e reduz benefícios previdenciários.

Tais distorções, que hoje paralisam o País, se acumulam desde o Governo Lula. Mesmo nos períodos de bonança da economia mundial e contando com uma grande base parlamentar e uma oposição responsável no Congresso, o Governo desperdiçou oportunidades para dar continuidade às reformas estruturais que poderiam consolidar os avanços econômicos e sociais do Plano Real, aumentando o potencial de cresci-

mento e a competitividade da economia e colocando o País na trilha do desenvolvimento. Ao contrário, no Governo o PT paralisou por vários anos programas de privatização e concessão de serviços públicos, aparelhou o Estado com finalidades escusas e fragilizou as contas públicas, gastando muito e mal. Adotou políticas de conteúdo duvidoso, formuladas com motivações propagandísticas, que provocaram distorções macroeconômicas e setoriais, como a criação de um fundo soberano sem poupança. A carga tributária aumentou, ficou mais irracional e não foram criadas condições para a redução sustentável das taxas de juros, que continuam entre as mais altas do mundo – apesar da remuneração muita baixa das contas dos trabalhadores no FGTS. A política de relações exteriores foi distorcida por motivações ideológicas e fechou mercados para os bens e serviços brasileiros.

Para piorar as coisas, a atual Presidente da República, por incompetência e teimosia, levou a cabo uma política econômica desastrosa, caracterizada pelo voluntarismo inconsequente, que fragilizou os pilares do Plano Real. Em outras palavras,

sabotou todo o esforço feito anteriormente pela sociedade para debelar a inflação.

Além de intervenções no câmbio, o cumprimento das metas de inflação foi praticamente abandonado e os superávits primários foram obtidos com ajuda de práticas de manipulação contábil que levaram ao descrédito nas contas públicas federais – a chamada “contabilidade criativa”. O descontrole foi tamanho que, no final de 2014, para evitar incorrer em crime de responsabilidade fiscal, Dilma teve que forçar sua base de apoio no Congresso a aprovar um projeto que, na prática, eliminou a necessidade da geração de superávit primário. No ano, o déficit primário foi superior a R\$ 17 bilhões, contra uma meta de superávit de cerca de R\$ 80 bilhões, significando que quase R\$ 100 bilhões foram pelo ralo. O déficit nominal chegou a 6,7% do PIB.

A Presidente insistiu em incentivos fiscais e de crédito pontuais, que fizeram algum sentido no auge da crise financeira internacional de 2009, mas que perdiam eficácia pelos efeitos da inflação alta e aumento do endividamento das famílias. A recorrente prorrogação destas medidas pontuais para estimular o consumo

das famílias chegou a tal ponto que virou mote da publicidade das montadoras de veículos no País, na base do “compre antes da alta do IPI”.

A montanha de recursos públicos colocada no BNDES, na forma de empréstimos (cerca de R\$ 400 bilhões) e subsídios diretos do Tesouro, aplicados de forma nada transparente, não surtiu impacto na elevação da taxa de investimentos no

Brasil, que girou em torno de míseros 18%. Só nos projetos do empresário Eike Batista e na obra superfaturada da Refinaria de Abreu e Lima, o Banco enterrou mais de R\$ 20 bilhões. Estudo recente pu-

blicado pelo BACEN mostra que, no pós-crise internacional, os recursos do BNDES foram direcionados para empresas de grande porte e segmentos de baixo risco, como o automobilístico, que poderiam facilmente acessar o mercado de crédito privado. Enquanto isto, caiu o apoio do Banco para áreas de transporte, infraestrutura e saneamento básico.

Mas não foi só isso: para tentar controlar ou mascarar a inflação, o Governo Dilma lançou mão de práticas sabidamente ineficazes. Com base no controle e represamento de preços e tarifas públicas, que prejudicam os in-



vestimentos e mais cedo ou mais tarde acabam cobrando o seu “preço” na forma de tarifas, como passou a ocorrer logo após as eleições.

Em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, nos quais Dilma era tida como especialista, as intervenções governamentais foram desastrosas. Com a MP 579, de 2012, tentou baixar artificialmente o custo da energia elétrica no “martelo”, o que provocou um verdadeiro caos no setor elétrico nacional e fragilizou as empresas estatais que atuam na área. O Governo comprometeu vultosos recursos públicos nessa aventura e acabou estimulando o consumo de energia elétrica, num momento que exigia justamente a racionalização do uso. Como ficou evidente, a Presidente não conseguiu cumprir a promessa de redução sustentável das tarifas, que só em 2015 devem subir entre 40% e 70%.

A Petrobrás, que esteve sempre sob a influência de Dilma, como Ministra das Minas Energia ou como presidente do seu Conselho de Administração, foi lançada no centro do maior escândalo de corrupção da história do País. Além dos custos da corrupção, a Empresa passou a ter seus preços represados, em detrimento da geração de caixa para fazer frente a um programa de investimentos excessivamente ambicioso e que incluía projetos equivocados e obras superfaturadas. Em poucos anos, transformou-se na empresa mais endividada do mundo e teve recentemente seu risco de crédito rebaixado para grau especulativo pela agência *Moody*’s.

O represamento dos preços de petróleo e derivados levou a um ciclo vicioso, marcado por

importações crescentes de combustíveis fósseis – que fragilizaram as contas externas do País – e desestímulo à produção interna de combustíveis renováveis. Um total contrassenso! Agora, em 2015, os preços da gasolina e do diesel petróleo estão tendo que ser substancialmente elevados, a despeito de estarem caindo no mundo inteiro. Mais uma contradição dos Governos petistas.

Os resultados adversos da economia são um retrato do estrago feito pelo Governo do PT. Na média do período 2011 e 2013, entre os 20 países da América Latina e Caribe, a taxa de crescimento do PIB brasileiro (pouco mais de 2% ao ano) só superou o crescimento de El Salvador. O resultado de 2014, na melhor das hipóteses, deverá mostrar uma economia estagnada, e as previsões para 2015 apontam um País em recessão (com queda de 1% no PIB), contrastando com previsões positivas para todos os blocos econômicos e para a maioria dos países.

A inflação oficial ficou sempre acima do teto da meta e as expectativas para 2015 se deterioraram a cada dia, indicando inflação anual próxima a 8%. Mesmo sem crescer e investindo pouco, o déficit de transações correntes do Brasil passou de 2,2% no final de 2010 para 4,2% do PIB no último trimestre de 2014. Em outras palavras, parte preponderante dos estímulos ao consumo “vazaram” para o exterior, na forma de importações de bens e serviços que pouco ou nenhum efeito tiveram ou terão para o desenvolvimento do País.

O dramático é que o Governo do PT, que se autodenomina desenvolvimentista, fez o Brasil se desindustrializar fortemente, comprometendo a

dinâmica de desenvolvimento econômico e tecnológico do País e, sobretudo, a geração de empregos. O peso da indústria de transformação no PIB caiu para o menor nível em 50 anos e muitas empresas industriais se transformaram em meras importadoras de produtos acabados.

As medidas de ajuste fiscal enviadas por Dilma ao Congresso depois das eleições, além de mostrarem a farsa que foi a campanha eleitoral da então candidata, deixam evidente a continuidade de escolhas equivocadas. Mostram também uma verdade cristalina: quem colocava e continua colocando em risco a continuidade das políticas sociais, o desenvolvimento econômico e a geração de empregos não era a oposição: mas sim a gestão incapaz e inescrupulosa dos governos do PT.

Enquanto é deixada intacta a gigantesca e ineficiente máquina administrativa montada pelo PT, optou-se por reduzir benefícios trabalhistas e previdenciários, penalizando muitos trabalhadores brasileiros que já sofrem com as perspectivas de queda de renda, endividamento e risco do desemprego. Além das Medidas Provisórias 664 e 665, outras medidas já tomadas ou anunciadas, como o aumento dos juros e dos tributos e o recuo na desoneração da folha de pagamentos, aumentam custos de produção, debilitam ainda mais a economia e aceleram a deterioração do mercado de trabalho. Nesse contexto, a desorganização recente de programas como o Pronatec e o financiamento estudantil agrava ainda mais o drama das famílias e trabalhadores brasileiros.

O PSDB está consciente de que o País vive uma grave crise econômica e política e, pela sua cul-

tura, nunca apostará no “quanto pior melhor”, a exemplo do que fez o PT contra o Plano Real. No entanto, não vai apoiar medidas apressadas e desequilibradas, adotadas sem negociação com a sociedade e que jogam nas costas dos trabalhadores o ônus da leniência e dos descabimentos cometidos pelo Governo. Sobretudo por não serem pautadas pela defesa dos interesses mais legítimos do Estado e da cidadania brasileira, que são princípios fundamentais do partido desde sua fundação.

*Foto: Alexsandro Loyola*



Deputado Luiz Carlos Hauly - Economista e professor, membro da Comissão de Finanças e Tributação, exerce o sétimo mandato na Câmara dos Deputados. Ingressou na política em 1972, aos 22 anos, ao se eleger vereador pelo então Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

# **BNDES** financiará R\$ 20 milhões em **reflorestamento**

**Mata Atlântica é prioritária por possuir pouca vegetação nativa e por sua importância no abastecimento de água na região Sudeste. Prazo para submeter projetos vai até o próximo dia 3 de julho**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Ministério do Meio Ambiente lançaram na terça-feira, 5 de maio, o programa BNDES Restauração Ecológica, que vai financiar com recursos não reembolsáveis, projetos de recuperação da vegetação nativa em biomas como a Mata Atlântica, os Pampas e o Cerrado.

A primeira fase do programa contará com recursos de R\$ 20 milhões e começará com foco na Mata Atlântica, considerada prioritária por estar próxima da população urbana, por possuir a menor vegetação nativa remanescente e também por seu papel na manutenção do abastecimento de água na região Sudeste.

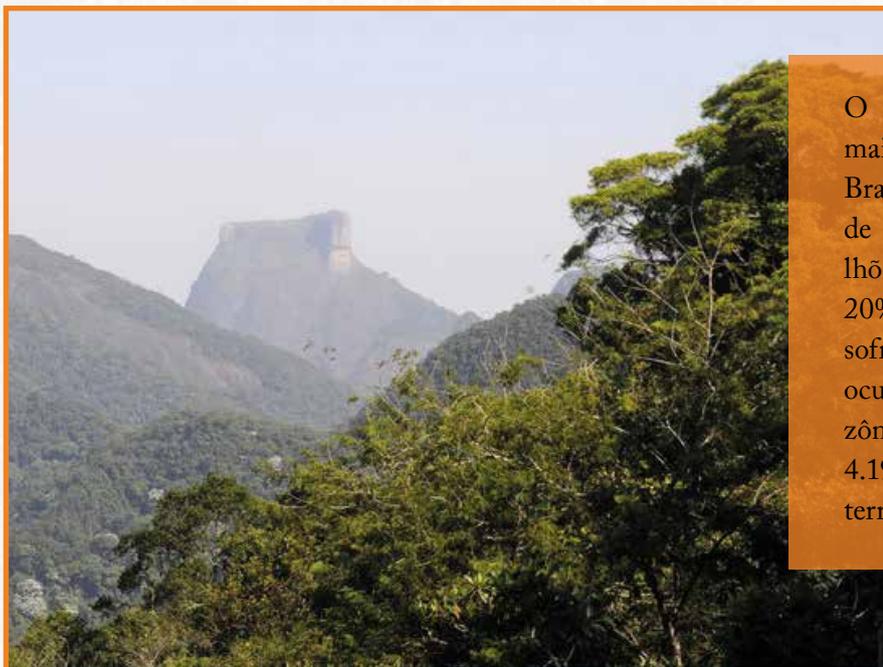
A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, considerou 12 milhões de hectares um prognóstico conservador. “Mas, para quem tinha zero, 12 milhões passa a ser um sonho de consumo”, disse. Segundo a ministra, o Cadastro Ambiental Rural mostrou que há, pelo menos, 22 milhões de hectares a serem restaurados: “Temos de ser competitivos, temos que ter inovação tecnológica e temos que usar isso a favor do nosso desenvolvimento e não como restrição”.

As regras para se candidatar ao financiamento estão disponíveis no site do banco, e o prazo para submeter um projeto segue até 3 de julho. As iniciativas deverão propor a recuperação de áreas com entre 200 e 400 hectares, sem a necessidade de serem contínuas.

As áreas a serem recuperadas poderão ser em unidades de conservação, de posse ou domínio público, em Reserva Particular do Patrimônio Natural constituídas voluntariamente, em Reserva Legal e em Assentamentos da Reforma Agrária ou em Territórios Quilombolas, em terras indígenas reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e em áreas de preservação permanente (APP). Poderão ser financiadas aquisição de sementes, mudas, insumos, máquinas e equipamentos, cercas, viveiros de espécies nativas, mão de obra, pesquisas e outros investimentos.

Segundo o banco, que já direcionou R\$ 43 milhões para a recuperação de 3 mil hectares, a iniciativa vai atender a um aumento da demanda por restauração e um dos objetivos será fortalecer a cadeia técnica do setor de restauração ecológica no Brasil. Todos os biomas brasileiros poderão ser contemplados, com exceção da Amazônia, que já conta com o Fundo Amazônia.

*(Fonte: Agência Brasil, 05/05/2015)*



O Cerrado é a segunda maior formação vegetal do Brasil. De uma área original de aproximadamente 2 milhões de km<sup>2</sup>, restam apenas 20%. É o bioma que mais sofreu impacto em razão da ocupação humana. A Amazônia, maior bioma, possui 4.196.943 Km<sup>2</sup>, 49,29% do território nacional.

Três mil hectares da Mata Atlântica estão sendo recuperados por meio de outros projetos financiados pelo BNDES. Áreas mais próximas às cidades são as mais preocupantes. Objetivo é alcançar 12 milhões de hectares nos próximos 20 anos, segundo o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, do MMA





# A S B A C

## PORTO ALEGRE

Um lugar acolhedor, às margens do Lago Guaíba, estuário que, segundo os gaúchos, dá origem à Lagoa dos Patos daí formando o Oceano Atlântico, a regional gaúcha da Asbac tem, em seu quintal, o maravilhoso, soberbo, espetacular, mais lindo pôr do sol de todo o mundo – modéstia gaúcha.

Ao centro do terreno uma bela residência em dois pavimentos, com belos jardins e árvores frondosas centenárias, ornados por um belo chafariz tudo do início do século XX. No pátio interno piscinas e áreas gramadas à sombra, recebem o reflexo dos raios de sol que todas as tardes teima em se recolher para desnudar os caprichos da lua e infinitas estrelas a cintilar. Um salão social climatizado, um típico galpão crioulo (tradicionalista gaúcho) e uma quadra esportiva multiuso completam os equipamentos e instalações disponíveis.

Este clube social acima descrito foi reformado nos idos de 1980 e entregue ao uso dos servidores do BCB em Porto Alegre. Naquela época a situação financeira propiciada pelo patrocínio do Banco permitia muitas festas, atividades interdisciplinares e até olimpíadas nacionais. Tudo acabou em saudosismo uma vez que as restrições legais impediram os repasses patronais já a partir do governo Collor de Mello, no início dos anos 90.

Buscando soluções caseiras para seus problemas, a regional firmou parceria com a Associação Atlética Banco do Brasil, e, a partir de 2001, passou a compartilhar a administração do clube, mediante convênio de adesão. Considerando as limitações de instalações daquela sede e de recursos financeiros para novos investimentos, o acordo foi muito positivo em termos de diversidade de atividades e espaços esportivos.



Já à época e ainda hoje, a AABB mantém-se como um dos quatro melhores clubes do estado, com instalações variadas e bem conservadas, uma gama considerável de atividades sociais, culturais, esportivas e recreativas, conservando sempre um forte ritmo de crescimento.

A parceria foi reformulada em dezembro último e agora todo associado Asbac Porto Alegre é associado AABB Porto Alegre e vice-versa, possibilitando ganhos de parte a parte, inclusive acesso dos “abebeanos” aos produtos administrados pela Fenasbac. Isto possibilitou o lançamento da campanha promocional Feliz Clube Novo numa alusão ao acesso automático a ambos os clubes e ao novo ano que se avizinhava, com a isenção total das mensalidades aos novos sócios até mai/15 e redução de 50% até set/15, além de um seguro de vida e outras vantagens de captação.

Tendo a tranquilidade dos custos de uso e manutenção do clube sob controle, a regional pôde se dedicar a ampliação de convênios e serviços com benefícios econômicos e financeiros aos associados, tais como telefonia celular corporativa, descontos em colégios e faculdades, atendimento de lanchonete e eventos sociais temáticos.

Comemorações como Dia da Mulher, das Mães, dos Pais, dos Namorados e a Festa de Natal, campanhas institucionais junto ao Banco como de vacinação contra gripe, Outubro Rosa e Novembro Azul, além de campanhas de arrecadação de roupas e gêneros alimentícios, doações a creches e a outras ONGs já foram incorporadas e são rotina.

À exemplo da nacional, buscamos atuação regional conjunta com o Sinal, o que tem sido uma experiên-

cia gratificante e que possibilita a realização de ações e eventos de maior envergadura, nos quais os custos compartilhados permitem contratar espetáculos melhores, tornando-se fatos de boa avaliação e retorno ao quadro social que mantém a associação. Nos últimos anos apresentaram-se nos palcos das festas da Asbac/Sinal o humorista regional Jair Kobe com seu Guri de Uruguaiana, o humorista nacional André Damasceno, a Banda Folk'n Roll, o músico instrumental Joe Roberts e Banda de SP, Bee Gees Alive, Zoom Beatles, a maravilhosa Orquestra de Teutônia, o humorista mineiro Thiago Carmona e o showman Rodrigo Soltton e seu Piano de Cristal.

A sede da Fenasbac em Porto Alegre, há pouco adquirida e que se destina a cursos e eventos empresariais do Instituto Fenasbac, oferece instalações modernas e equipamentos que possibilitam apresentações de painelistas com uso de recursos tecnológicos de última geração, serviu de abrigo à reunião do Conselho Executivo Nacional do Sinal em março último, tendo sido motivo de orgulho poder bem receber, tradição gaúcha, e os elogios por parte dos colegas de outras praças pela qualidade e sobriedade dos ambientes, além de localizar-se a menos de um quilômetro da sede atual, e, há cerca de trezentos metros do futuro prédio do BCB.

Neste ano, a entidade engajou-se nas atividades do cinquentenário do BCB. A Federação e as Asbacs regionais também preparam as comemorações do Jubileu de Ouro do Sistema Federativo Asbac em 2016. “Esperamos encontrar condições de continuar por outros cinquenta anos ofertando bons produtos e serviços aos nossos associados”, finaliza Paulo Stein, presidente do Conselho de Administração e Executivo da Fenasbac.



# MP 664: Direitos sob ataque

**A** medida provisória que altera as regras de acesso à pensão por morte e ao auxílio-doença foi aprovada nesta terça-feira em comissão especial mista do Congresso. O texto segue agora para ser apreciado nos plenários da Câmara e do Senado. A sessão foi marcada pela tentativa da oposição de adiar a votação da matéria, que integra o pacote de ajustes e cortes de gastos do governo. Segundo o relator do texto, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), a discussão da medida pode avançar no plenário da Câmara, com um novo elemento — uma emenda que propõe uma alternativa ao fator previdenciário, criado para desestimular aposentadorias precoces. A emenda que receberá destaque sugere a adoção da fórmula 85/95 — os números se referem à soma da idade com o tempo de contribuição exigido, respectivamente, de mulheres e homens. A proposta ao fator previdenciário tem o apoio das centrais sindicais e, em partes, do governo, e serviria de moeda política nesse momento de resistência dos congressistas ao ajuste fiscal.

## Medida

A versão da medida provisória que segue para apreciação dos deputados e senadores é bem mais branda do que a enviada pela presidente Dilma Rousseff. Para ter aprovado o texto, o governo aceitou recuar em várias regras. Entre elas, está a carência de contribuição previdenciária para se ter direito à pensão por morte. O texto atual prevê um mínimo de dois

anos de casamento e um ano e meio de contribuição. A medida provisória original determinava um mínimo de dois anos de casamento e dois anos de contribuição. Quando o tempo de casamento ou de contribuição forem inferiores ao necessário para ter o benefício, o cônjuge terá mesmo assim direito a uma pensão — nesses casos, durante quatro meses.

No texto original, não havia esse auxílio. O governo aceitou também recuar num dos pontos que mais preservaria a Previdência de gastos. Foi retirado o artigo que previa o pagamento de 60% da aposentadoria para o cônjuge mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Só com a retirada desse artigo, o governo deixa de lado uma economia estimada de R\$ 755 milhões para este ano, informou Zarattini. O texto aprovado nesta terça prevê ainda que a pensão é válida nos casos em que o beneficiário tiver filhos ou irmãos menores de 21 anos, quando o cônjuge for inválido, ou tiver alguma deficiência, ou se a morte acontecer em função de acidente ou doença profissional. Outra mudança encaixada na medida é o pagamento de 8% ao INSS durante o recebimento de seguro-desemprego, para que esse período seja contabilizado como contribuição previdenciária.

## Faixas etárias

As faixas de idade que determinam a duração da pensão também foram alteradas. Até 21 anos, o cônjuge continua tendo direito a três anos do benefício. De 21 a 26 anos, passa a ter direito a seis anos de

27 a 29, a dez anos de 30 a 40 anos, a 15 anos de 41 a 43 anos, a 20 anos de 44 anos adiante, pensão vitalícia. O escalonamento proposto na medida original funcionava da seguinte forma: de 22 a 27 anos, pensão por seis anos 28 a 32, pensão por nove anos 33 a 38, 12 anos 39 a 43, 15 anos 44 anos adiante, pensão vitalícia. No auxílio-doença, não se mexeu no ponto em que a empresa paga ao empregado o salário integral durante os 30 primeiros dias de afastamento. Antes da medida, os 15 primeiros eram por conta da empresa, e o restante do INSS.

(Folhapress)

## Parlamentar cobra apreciação da PEC 147

No dia 15 de abril, o deputado Hugo Leal (PROS-RJ) protocolou requerimento para a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 147-A/2012 (que fixa parâmetros para a remuneração dos servidores de nível superior do Banco Central, CVM, Susep e Previc) na Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. A proposta teve parecer aprovado em Comissão Especial da Casa em dezembro de 2014 e, desde então, aguarda apreciação do Pleno.

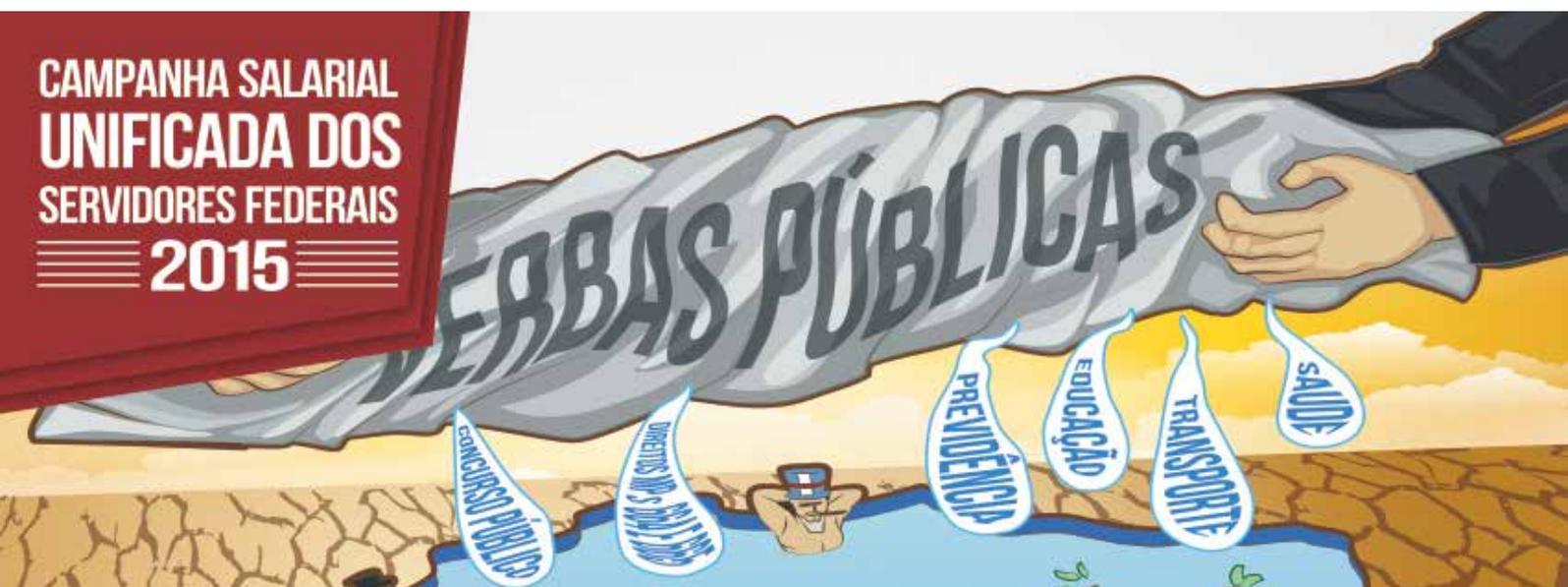
Já estão abertas as inscrições para a 4ª edição da Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado. O evento, que ocorre nos dias 16 e 17 de junho, em Brasília, é promovido pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e terá como temática “Agenda de desenvolvimento e qualidade do serviço público”.

Estão previstos debates sobre “Desafios da gestão do serviço público”; “Estratégias de desenvolvimento e o papel do Estado”; “Concurso público e qualificação permanente dos servidores”; “Direitos do trabalhador do Serviço Público” e “Ética e reforma política”.

Entre os convidados, estão jornalistas, economistas, políticos e juristas brasileiros.

# Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais estabelece agenda de mobilização

Samuel Oliveira | Jornalista



**A**juste Fiscal. Estas são as palavras de ordem no governo para a recuperação da saúde nas finanças públicas em 2015. O cenário apresentado não sugere boas perspectivas sob a ótica do serviço público federal. Consciente do desafio imposto, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais estabeleceu uma agenda de intensa mobilização pela Campanha Salarial, logo nos primeiros meses do ano.

Em janeiro, foi realizada a Reunião Ampliada do Fórum, em Brasília. Como resultado dos dois dias de debates e análises conjunturais, a construção da pauta de reivindicações das carreiras, com oito eixos que norteiam a Campanha. Destaque para o índice de reajuste linear, fixado em 27,3%, fruto de estudos do Sinal. O percentual incorpora, além da reposição da defasagem salarial, baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), um ganho real de 2%.

O dia 25 de fevereiro foi considerado o marco zero das manifestações públicas do Fórum em 2015. Centenas de servidores se concentraram à porta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para o lançamento oficial da Campanha Salarial deste ano. Simultaneamente, ocorreram mobilizações em outras cidades pelo país.

Em 20 de março, atendendo a convite do MPOG, dezenas de representações dos servidores públicos federais se reuniram com o ministro Nelson Barbosa para ouvir as diretrizes da negociação salarial permanente. A respeito do reajuste pleiteado pelas entidades (27,3%), Barbosa se limitou a afirmar que o percentual “não cabe nas contas fiscais”.

Em abril, durante a Jornada de Lutas em Brasília, os dirigentes solicitaram audiência com a Presidência da República e encontro com representante do Pla-



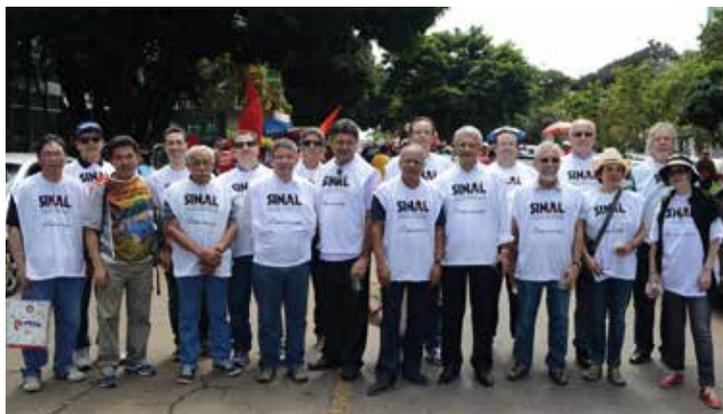
nejamento para reivindicar antecipação da mesa negocial entre governo e entidades.



Jornada de Lutas ocupa a Esplanada e o Congresso Nacional. Entre as reivindicações, rejeição ao PL das terceirizações (4330/2004).

## EIXOS DA CAMPANHA

- ▶ Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
- ▶ Índice linear de 27,3%
- ▶ Data-base 1º de maio
- ▶ Direito de negociação coletiva (Convenção 151 da OIT)
- ▶ Paridade salarial entre ativos e aposentados
- ▶ Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores
- ▶ Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
- ▶ Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes



23 de abril - Fórum das entidades reúne-se com o Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, para tratar da pauta geral unificada da Campanha Salarial 2015. Nova reunião está marcada para 14 de maio, com foco nos pontos do bloco negocial (data-base, negociação coletiva e projetos em tramitação no Congresso). E reajuste de benefícios, ainda para este ano.

Fotos: Samuel Oliveira



# Orçamento da União 2015 previa ampliação do quadro do Banco Central



17 de março – O Sinal entrega ao ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, ofício com informações sobre a situação do quadro funcional da autarquia. A audiência, a pedido do sindicato, foi solicitada pelo senador Paulo Rocha, do PT do Pará, estado que abriga a mais vulnerável seção regional, Belém: apenas 61 servidores para atender a região Norte, a maior do país.

**F**ruto de articulações do Sinal, em parceria com a Comissão dos Aprovados, o destaque do relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que previa o provimento de 715 vagas do Banco Central foi vetado pela presidente Dilma Rousseff.

O texto, que atenderia o número especificado pela própria autarquia, foi aprovado pelo Congresso Nacional em 17 de março, mesmo dia em que dirigentes de carreiras do serviço público federal reuniram-se

com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, responsável pela nomeação de excedentes. O Sinal, presente no encontro, mostrou a importância e a urgência na substituição de quadros prestes à aposentadoria e ouviu do Ministro que a análise do concurso em aberto, a exemplo do certame de 2013, seria feita em abril.

Embora o destaque tenha sido vetado pela presidente Dilma Rousseff, o Sinal continuará cobrando junto ao Executivo e ao Legislativo a convocação dos aprovados e a ampliação do corpo funcional do Banco Central.



5.1.6. Cargos e funções vagas - Banco Central do Brasil	-	715	106.121.092	141.048.348	94.013.728	50.951	94.064.698	12.056.403	-	12.056.403	106.121.092
5.1.7. Cargos e funções vagas - Receita Federal do Brasil	-	272	45.163.228	63.910.305	40.010.532	21.688	40.032.240	5.130.988	-	5.130.988	45.163.228

22 de abril - Presidência da República veta destaque no Orçamento da União em 2015 para o provimento de 715 cargos no Banco Central do Brasil. De acordo com o texto, o veto se estende também ao preenchimento de 272 vagas na Receita Federal do Brasil, mas não impede que “sejam providos cargos, observadas a previsão legal, a necessidade e a disponibilidade orçamentária”.



Jordan Alisson Pereira | Diretor Jurídico do Sinal

**I**niciamos o ano com a informação de que o Ministério da Fazenda sobrestou, no ano de 2015, a análise de qualquer acordo para a solução de litígios judiciais com os servidores públicos.

A justificativa apresentada foi a necessidade de cumprir o ajuste fiscal defendido pela equipe econômica do governo.

Isso afeta principalmente o reajuste de 28,86%, sobre o qual o Sinal patrocina cinco ações, e que são objeto de negociação no GT de redução da litigiosidade. Após anos de trabalho e a conclusão de ajustes internos para a solução desse passivo judicial, os servidores foram surpreendidos com uma decisão governamental que desconsidera, de maneira unilateral, o esforço que todos os integrantes do GT de redução da litigiosidade tiveram na construção de uma proposta de acordo a ser oferecida aos servidores.

Mesmo em época de ajuste fiscal existem recursos disponíveis. Sua utilização ocorre de acordo com a prioridade governamental. Infelizmente, o sobrestamento do assunto por parte do Ministério da Fazenda indica que o Banco Central do Brasil e o respeito ao direito de seus servidores não são prioridade do governo. Cinquenta anos de história de excelentes serviços prestados ao país precisam ser devidamente reconhecidos. O servidor do Banco Central merece respeito e não descaso.

Por isso temos trabalhado politicamente e judicialmente para reverter essa situação. Estamos buscando apoio político para que o acordo seja uma prioridade na alocação de recursos. Também apresentamos recurso judicial para que o Superior Tribunal de Justiça defina o montante devido e determine o cumprimento do que for decidido.

Reveses fazem parte da luta sindical. Os servidores do Banco Central do Brasil, que ajudaram a construir essa casa e o nosso sindicato, são conhecedores de sua força e sabem que com a nossa união teremos condições de superar essas dificuldades.

Acompanhem as notícias pelos informativos e participem das assembleias da campanha negocial em curso. Os servidores ativos e aposentados são o Banco Central de ontem, de hoje e de amanhã.

Juntos, somos fortes.





# Depois da comida, leve o prato!

O Prato da Boa Lembrança é o troféu de todo colecionador. Ele é feito em louça de alta qualidade, resistente, produzido especialmente para ser pendurado e exposto como uma peça de arte. Cada prato possui um desenho original e exclusivo, sempre muito alegre, de cores vibrantes e tom bem humorado.

A Associação Boa Lembrança nasceu em março de 1994, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, com a proposta de representar um grupo de restaurantes que prima pela excelência e qualidade nos serviços.

Pelo associativismo, promove-se e divulga a diversidade da culinária nacional e suas características regionais. A ideia de se estimular o

hábito de levar para casa uma lembrança após uma boa refeição chegou no país com o italiano Dânio Braga, fundador e conselheiro da associação.

Da matéria-prima ao prato finalizado, mais de 20 pessoas trabalham na atividade, com técnica inovadora que dispensa o uso de arame para pendurar o souvenir na parede. Cada profissional recebe o prato com uma espécie de carimbo da modelagem do desenho, que ilustra os ingredientes da refeição de cada estabelecimento. “Os restaurantes nos enviam a receita e, baseado nos ingredientes, o desenho é criado, sempre de uma forma bem humorada”, explica Henrique Van Erven, proprietário da cerâmica Van Erven, responsável pela produção.



Foto: Juan Prognostós

Já foram fabricados mais de um milhão e duzentos mil pratos. Com suas representações figurativas deixam na memória do consumidor uma experiência gastronômica única. Atualmente com sede no Recife, em Pernambuco, a entidade possui associados em todas as regiões brasileiras, contando com uma rede de *chefs* e empresários de grande representatividade no país que apoiam e realizam eventos gastronômicos, parcerias institucionais, produções literária e audiovisual, além de atuação nas mídias sociais.

(Fonte: <http://boalembanca.com.br>)



Fotos: Fátima Carvalho / Cerâmica Van Erven



# A História que o SINAL quer contar

## ENTREVISTA COM João Marcus Monteiro\*

Sinal Plural – O Sinal criou um grupo para escrever a história dos movimentos reivindicatórios ocorridos no Banco Central. Você poderia falar um pouco a respeito?

**JMM** – Esse grupo foi criado no Rio de Janeiro, há cerca de dois anos. Há muito tempo carregávamos a preocupação com a inexistência de uma narrativa da história das lutas dos funcionários do Banco pelas suas reivindicações. Os funcionários novos entram e desconhecem o passado de luta da categoria.

Ninguém contava essa história, que foi de uma riqueza enorme de acontecimentos e participação. O problema era que, como disse Cazuzu, o tempo não para, e os protagonistas começaram a desaparecer e, com eles, a própria história. Ou seja, a história estava sendo apagada.

O grupo inicial, que se reuniu pela primeira vez no auditório PRC, do Sinal-RJ, era grande, por volta de





*João Marcus, primeiro à esquerda, e a equipe do projeto, em reunião no Sinal RJ*

uns 15 interessados, que manifestaram grande satisfação em memorizar os fatos da época. Foi uma mesa de memória. O grupo hoje tem oito pessoas. Com um grupo já definido, convidamos uma jornalista e, com o aval do CR-RJ, apresentamos o projeto ao Conselho Nacional do Sinal, com aprovação unânime.

### **Sinal Plural – Houve alguma dificuldade em conseguir levantar as informações?**

**JMM** – No início sim, mas depois, com a ajuda de vários colegas, obtivemos informativos, periódicos, recortes de jornais, além de depoimentos escritos e gravados de protagonistas de várias regionais.

Nem todos os protagonistas puderam dar sua contribuição, alguns não conseguimos contatar. É uma pena, pois engrandeceria a história. Perde-se informação com essa ausência pois gostaríamos que os leitores tivessem as diversas visões que, de uma forma ou de outra, construíram essa história. Mas com os vários documentos que chegaram às nossas mãos esperamos cobrir essas lacunas.

### **Sinal Plural - Quantos anos de história serão abordados?**

**JMM** – Dividimos esse projeto em várias partes relativas a períodos que consideramos de grande

importância dentro dessa história, como: a criação do Banco Central em 1964; o ingresso do primeiro contingente de funcionários oriundos de vários órgãos; o primeiro concurso do Banco em 1966; a demanda por um plano de cargos e salários; a criação do informativo OVO; a criação da UNTBC (União Nacional dos Trabalhadores do Banco Central); a luta da Categoria Isolada; o movimento por Democracia e Independência na ASBAC; a criação da AFBC (Associação dos Funcionários do Banco Central) e a grande greve de abril de 1988, culminando com a demissão dos 19 funcionários.

Estou resumindo bastante, pois a história possui vários acontecimentos e relatos de grande importância. Como se pode perceber, a história foi rica, interessante, e até mesmo heroica, eu diria. Tentava-se de tudo na luta por uma entidade que representasse a categoria.

A AFBC (Associação dos Funcionários do Banco Central) veio a se tornar a principal entidade representativa dos funcionários, que congregou todos os segmentos e promoveu a considerada, até hoje, a maior greve no Banco. Essa entidade foi grandiosa, e poucos sabem que ela ainda existe e tem presidente. Mas vamos deixar essas curiosidades para o leitor depois tomar conhecimento, ainda há muito mais, irá constar no livro.



A primeira parte, que constitui o primeiro volume da história, termina com o retorno dos 19 funcionários demitidos na grande greve de 1988.

### Sinal Plural – Você falou em entidade representativa, os funcionários não podiam se sindicalizar?

**JMM** – Exatamente, havia o impedimento pelo Art. 566 da CLT. O único sindicato que pleiteava a filiação de nossa categoria era o Sindicato dos Bancários, os demais nem existiam, nem o Sindsep, nem o Sintbacen e nem mesmo o Sinal, mas essa história como foi, e o que aconteceu, vamos deixar para o leitor apreciar posteriormente nos próximos volumes.

### Sinal Plural – Quantos volumes serão afinal?

**JMM** - O projeto tem por meta a edição de um livro, a cada gestão, referentes a alguns períodos, e lançados nos meses de aniversário do sindicato, até outubro de 2018, nos seus 30 anos. Portanto, uns quatro volumes, dependendo do tamanho de cada período considerado. Serão contados alguns “causos” e terão muitas fotos correspondendo aos períodos narrados, procurando dar uma certa leveza na leitura.

Esse primeiro livro, que será editado tanto em papel quanto digitalizado, pretendemos lançá-lo, neste ano, em outubro, mês de aniversário do Sinal. O livro digitalizado, por sua vez, conterà a maioria dos anexos, com fotos, atas, periódicos, depoimentos, etc. No segundo livro começaremos a contar a História

do Sinal e poderemos ter também a narrativa do envolvimento do Sindicato dos Bancários na disputa por essa representatividade. Mas aí já é outra história.

### Sinal Plural – E qual a importância de contar a história dessas lutas? A quem ela é endereçada?

**JMM** – Nesses 23 anos, aproximadamente, que compreendem essa primeira parte da história, o leitor poderá observar que, na quase totalidade desse período, a busca por uma entidade que representasse o corpo funcional foi a principal luta.

Portanto, é necessário enfatizar que, depois do grande esforço exigido para conquistar a entidade representativa, há que se mantê-la, valorizá-la devidamente, procurar constantemente aperfeiçoá-la, corrigir seus rumos quando necessário, participar ativamente das demandas e acreditar na força do coletivo. Este é o recado.

Ele é endereçado a todos, ativos, aposentados, pensionistas e futuros funcionários.

### Sinal Plural – Já que esse primeiro volume termina em outubro deste ano, no aniversário do sindicato, será prestada alguma homenagem aos funcionários?

**JMM** – A ideia é fazer um evento de grande porte e homenagear os integrantes do grupo dos 19, e os protagonistas dessa grande História dos Movimentos, Políticos e Reivindicatórios dos Funcionários do Banco Central.

(\*) Coordenador do Projeto





## As “Cajazeiras” e o compromisso com a luta e a alegria

O próximo encontro foi marcado para as 15 horas de 15 de abril. O ponto, o restaurante Arab, quase na esquina da Avenida Atlântica, com a República do Peru, em Copacabana. Noutros tempos, o trio original reunia-se em casa, almoçando junto uma vez por mês. Certo dia convidaram Dodora (Dodora Paiva Menezes), conta Maria da Graça Cenovicz. Logo, um grupo de oito colegas do Banco Central formava o *petit comité* das quartas-feiras próximas ao dia 20 de cada mês.

Depois de um tempo, mais de vinte pessoas, a maioria aposentada, já participavam dos encontros. “Até

gente que nunca fez greve, hoje participa”, celebra Graça, conselheira do Sinal RJ. O apelido “As Cajazeiras” é criação de Sérgio Belsito, que denominava, carinhosamente, o trio formado por Graça, Dinalva Teles de Carvalho e Eunice Borges, que fizeram história como “piqueteiras” de várias greves, entre elas, a de 2009, que registrou a imagem das três segurando uma faixa.

No dia 21 de janeiro, na preparação do Carnaval, a **Sinal Plural** conversou com as Cajazeiras da “Alegría”, como gostam de frisar.





Em alguns minutos, Graça, fluminense de Campos do Goytacazes, a carioca Dinalva e a goiana de Anápolis, Eunice, mostram como um encontro de amigas de trabalho – e de lutas – pode transformar-se em reuniões de colegas de várias gerações, entre esses, os que ingressaram, como elas, no Banco Central em 1977.

Cercadas por colegas do grupo “ampliado”, organizavam o dia 6 de fevereiro, às vésperas do Carnaval, para o lançamento do “Cajazeiras , o Bloco que não concentra e não sai”, no mesmo lugar, claro, de frente ao mar do bairro mais famoso do Brasil. Na pauta, o *design* da camiseta, o preço da produção e da banda a animar a festa. A imagem caricatural da clássica foto não deixou de fora o *champagne*, ou o pró-seco, marca dos encontros desde seus primórdios.

Em outros tempos, as “nossas” cajazeiras, cada uma com seu estilo, tinham a missão de convencer o pessoal a não entrar para trabalhar. Não se furtaram a

dormir na porta do Banco, na Avenida Presidente Vargas, no Centro carioca, para “brecar” os colegas logo cedo. Eunice utilizava a política do “convencimento”, Dinalva, com mais jogo de cintura, ia pelo meio termo, e Graça, na cobrança efetiva do combate grevista: “Se é para trabalhar, é pra ter dignidade”, como dizia aos filhos, nos momentos de acirramento da luta sindical.

As três, em um período de truculência, ficavam na porta do Meio Circulante (Mecir), na Avenida Rio Branco, também no Centro do Rio de Janeiro, para impedir a entrada do carro-forte. Certo dia, chegou a ter confusão e agressão. Mas exigiram o respeito, aos gritos: “Somos funcionários. Arma, não!”, gritavam.

Eunice diz que a instituição é que é importante. “Lutamos, criamos associação, sindicato, por ela - Bacen - e por salários dignos”, afirma, cobrando, ironicamente, a “inconsciência” de colegas que “nunca obedeciam horário, mas no dia da greve chegavam na hora certinha e nem saíam para almoçar!”.



Dinalva, Graça e Eunice

Em tempos ainda mais duros, durante uma das primeiras greves da história dos funcionários do Banco Central, Graça relembra o dia em que o dirigente Paulo Roberto lhe alertou: “barra esse aí, não deixa entrar”. Ao ver de quem se tratava, gelou, era um diretor. Sem se intimidar, foi até o colega, tentando convencê-lo a não entrar. E ouviu: “se eu voltar, posso perder meu emprego”. “Mas dali em diante”, diz, “enquanto durou a greve, ele vinha falar comigo”, conta, rindo da ousadia.

O animado grupo já prepara outras “paradas”, além do bloco, que promete “sair” novamente em 2016, como a de criação do blog *CajaNews*, com ênfase nos almoços. “Quem vai administrar?” - perguntam à mesa. Dinalva, de pronto, orienta: “a gente cria e depois discute”.

Ao contrário das “nossas” Cajazeiras, sempre firmes nas lutas, as Irmãs Cajazeiras formavam um trio divertido de solteironas, criado por Dias Gomes em *O Bem Amado*, de 1973, primeira telenovela colorida da tevê brasileira. Em público, eram avessas a imoralidades e posavam de damas corretas. Na intimidade, compactuavam com o assédio e as artimanhas de Odorico Paraguaçu (Paulo Gracindo), prefeito populista e corrupto que “personificava” o clima -coronelista da ditadura civil-militar. Aliadas do prefeito, Dulcinéia, Dorotéia, e Judicéia, a Juju, imortalizaram as atrizes Dorinha Duval, Ida Gomes e Dirce Migliaccio.

(Fonte: [memoriaglobo.globo.com](http://memoriaglobo.globo.com))





# Presidentes do Senado e da Câmara debatem independência da autarquia

**A**s vésperas de seu 50º aniversário, o Banco Central do Brasil viu-se novamente no centro das atenções em Brasília. O clima se assemelhou ao da campanha eleitoral, quando a então candidata do PSB, Marina Silva, mergulhou no período mais difícil no embate com a Presidente reeleita, crítica, nesta eleição, da proposta de independência e de autonomia da autoridade monetária em relação às gestões do Poder Executivo.

Agora, porém, não há eleições em jogo, sequer as internas ao Parlamento, e a divergência envolve os dirigentes máximos do Senado, senador Renan Calheiros, e da Câmara, deputado Eduardo Cunha, ambos do PMDB.

O presidente do Senado defende ser “esse o ajuste dos ajustes, o que vai sinalizar no sentido da previsibilidade, da segurança jurídica, da política monetária. Essa é uma discussão que não podemos sonégá-la no Parlamento”. Renan Calheiros propõe mandato fixo de cinco anos ao presidente do BC, não coincidente com o período de governo do presidente da República.

O presidente da Câmara afirma que não há consenso no PMDB sobre a ideia de Renan e disse que se trata de uma pauta do presidente do Senado, e não do partido. “Ainda não avaliei (a questão), mas a princípio não concordo. Independência no Banco Central não muda nada na economia.” Principal

aliado da presidente Dilma Rousseff, cuja peça de campanha tirava a comida do prato dos brasileiros ao posicionar-se radicalmente contra o debate sobre o Banco Central, o PMDB já tentou aprovar proposta semelhante há dois anos, sem sucesso.

O ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, ao afirmar que Dilma e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva haviam encontrado o caminho da “autonomia operacional” do BC, disse que a discussão sobre o Banco Central seria antiga, feita “desde que eu me lembro como gente”.

“Cheguei como parlamentar (a Brasília) em 1990. Há 25 anos esse tema está na pauta. O(s) governo(s)\* do presidente Lula e da presidente Dilma encontraram o caminho, que é a autonomia operacional do BC”. O Ministro afirmou ainda que o governo nunca interferiu na autonomia do Banco Central e que, por isso, as regras não precisariam ser mudadas. “Ele (o presidente do BC) monta equipe, o Copom toma sua decisão, publica na ata, tem total transparência”, argumentou.

(Fonte: O Estado de S.Paulo, 02/04/2015)

---

(\*Os (s) (s) são nossos, por tratarem-se, oficialmente, de dois governos. Dois presidentes eleitos – Lula e Dilma – para seus respectivos mandatos, em períodos distintos. Como se pode observar ao longo do primeiro trimestre, diferentemente da declaração do Ministro, também de gestões – ou intenções – bastante diferenciadas. A conferir.)

# 50 anos do Banco Central

Não há país sem moeda, bandeira, hino e banco central

Gustavo Franco | Economista



O Banco Central da República do Brasil que iniciou suas operações em 31 de março de 1965 era uma criação tardia e parcial, mesmo tendo em vista que, genericamente, o banco central era uma construção institucional recente, amadurecida ao longo da segunda metade do século XIX. Em 1900, eram apenas 18 dessas criaturas em operação, nenhuma na América Latina. Em 1960, dessa região só faltava o Brasil, e o total chegava a 80. Hoje são 176. Não há país sem moeda, bandeira, hino e banco central.

O BC poderia ter nascido no século XIX, a partir do Banco do Brasil, mas, curiosamente, aí estava o maior enrosco, especialmente depois de 1906, quando o BB renasceu como empresa de economia mista e quis se tornar BC sem deixar de ser o BB. Este impasse foi duradouro e paralisante até 1944, quando a Conferência de Bretton Woods determinou a criação de um novo Fundo Monetário Internacional (FMI) que teria como quotistas os bancos centrais dos países membros. O Brasil ficou obrigado a criar o seu, mas driblou a determinação através da criação da Sumoc (Superintendência da

Moeda e do Crédito) “com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a criação do banco central” (Art. 1, DL 7.293/45).

A Sumoc era uma maneira engenhosa de conciliar os interesses do BB, do Tesouro e dos apóstolos da disciplina monetária em torno da paralisia, posto que ninguém queria avançar e havia “ganhos conceituais” para todos. Os receios dos apóstolos do BC ficariam claros em 1947, quando o ministro da Fazenda Pedro Luiz Correa e Castro enviou um anteprojeto ao Congresso tratando de reforma bancária descrito na ocasião como um “projeto ônibus” pois incluía, junto com o BC, todos os delírios que estavam a circular pelo parlamento. O projeto propunha a criação de 5 bancos “semiestatais” (hipotecário, rural, industrial, investimentos e comércio), além de uma reorganização do BB, formando um “sistema” no seio do qual o BC parecia destinado a servir como o grande provedor de fundos para o conjunto. Nem Eugenio Gudim quis fazer um BC desse jeito. No começo dos anos 1960, quando os ânimos políticos se aqueceram, os impasses estavam todos no mesmo lugar. A novidade foi que os projetos mais





radicais pela esquerda assumiram a ideia de o BB ganhar o “status” de BC e se tornar o centro de um mecanismo de “crédito social”, mais ou menos como concebido no projeto Correa e Castro. Surpreendentemente, no entanto, em meio à agitação em torno das reformas de base, o presidente João Goulart discrepou e enviou ao Congresso em 1963 um projeto moderado refletindo a evolução parlamentar do projeto Correa e Castro até o momento. Um substitutivo, bastante piorado, do deputado José Maria Alkmin, estava pronto para o plenário, onde provavelmente encontraria muita dificuldade, quando veio o Golpe. A vida parlamentar não foi interrompida, a despeito do novo clima e de algumas cassações. Os protagonistas dos impasses continuavam do mesmo tamanho, e em plenário prevaleceu uma emenda substitutiva do deputado Pedro Aleixo que remeteu o texto de Alkmin de volta para a comissão de onde viera. Um novo substitutivo do deputado Ulysses Guimarães, ninguém menos, foi produzido, e depois de muitas emendas, acordos e concessões nas duas casas, foi sancionado com vetos em 31 de dezembro de 1964 (Lei 4.595).

A longa batalha não havia produzido um BC alinhado com as melhores práticas internacionais, ao contrário. A autoridade monetária era um con-

selho (CMN — Conselho Monetário Nacional) com objetivos entre o vago e o contraditório, e com uma composição nada indicativa do interesse na saúde da moeda. O BC nasceu subalterno ao CMN, com obrigações de fomento rural, uma “conta movimento” que o subordinava ao BB, e antes de completar 3 anos de vida, foi humilhado pelo general presidente Costa e Silva (e seu ministro da Fazenda Delfim Neto) que “renunciaram” os dirigentes com mandato. A independência da instituição fora revogada sem piedade pelos golpistas e, pior, o sistema foi reorganizado de forma a que o BC se tornasse a casa de máquinas de

uma extensa e ambiciosa agenda de desenvolvimento centralizada no CMN. Curiosamente, era muito semelhante aos projetos de reforma bancária pela esquerda, porém com prioridades diversas e com as atividades dos

vários bancos públicos e privados amarrada a um “orçamento monetário” que usurpava prerrogativas do Congresso.

Com a democracia, entretanto, em vez de um retorno ao desenho de BC independente que a Revolução destruiu, consolidou-se uma tendência ainda mais perversa de transformar o CMN numa espécie de câmara setorial da moeda, com ampla “representação da sociedade”, inclusive dos traba-

*Reforçar o desenho institucional do BC, a começar pelo mandato a seus dirigentes, entre outras ideias, continua importante além de oportuno para uma presidente com déficit de credibilidade.*

(Gustavo Franco)





lhadores, e todos os conflitos de interesse possíveis. A Nova República começa com a inflação na casa de 200% anuais e em dezembro de 1989, durante o segundo turno das primeiras eleições presidenciais em quase três décadas, o país ultrapassa a barreira técnica da hiperinflação, 50% mensais.

O Plano Real encontrou o CMN com 21 membros e o BC desmoralizado depois de cinco choques heterodoxos fracassados. Ao reduzir o CMN a três membros foi possível recapturar a governança da moeda, mas o país tinha 45 bancos estaduais e cinco federais todos funcionando como se fossem BCs, e todos (ou quase) quebrados. Não era possível afirmar que o Banco Central do Brasil estava constituído por inteiro antes de ordenar esta bagunça, cujas origens remontavam ao “sistema” do projeto Correa e Castro. O saneamento durou alguns anos e por volta de 1997 estava basicamente terminado, ou seja, o BC assumiu para valer o controle da moeda no Brasil quase no fim do século XX.

Aos 50 anos, curiosamente, a organização institucional do sistema monetário estabelecida pela Lei 4.595/65 ainda precisa amadurecer. O poder do presidente da República sobre o BC e o CMN é total e irrestrito, mais até que no tempo dos generais. O presidente é dono da política monetária, o sistema de metas é definido em um decreto e o Comitê de Política Monetária (Copom) não passa de uma sessão temática da reunião da diretoria do BC. Ainda temos um sistema geiseliano, onde um simples decreto viraria o sistema de pernas para o ar.

Toda a força do BC, tal como funciona hoje, deriva de uma ideia cuja hora chegou, a da estabilidade da moeda como bem público a ser provido e cuidado pelo BC. Não é pouca coisa, e nenhum dos últimos presidentes da República teve a coragem nem de desafiar esse consenso, tampouco de colocá-lo em lei. Reforçar o desenho institucional do BC, a começar pelo mandato a seus dirigentes, entre outras ideias, continua importante além de oportuno para uma presidente com déficit de credibilidade.

*Foto: Rio Bravo Investimentos*



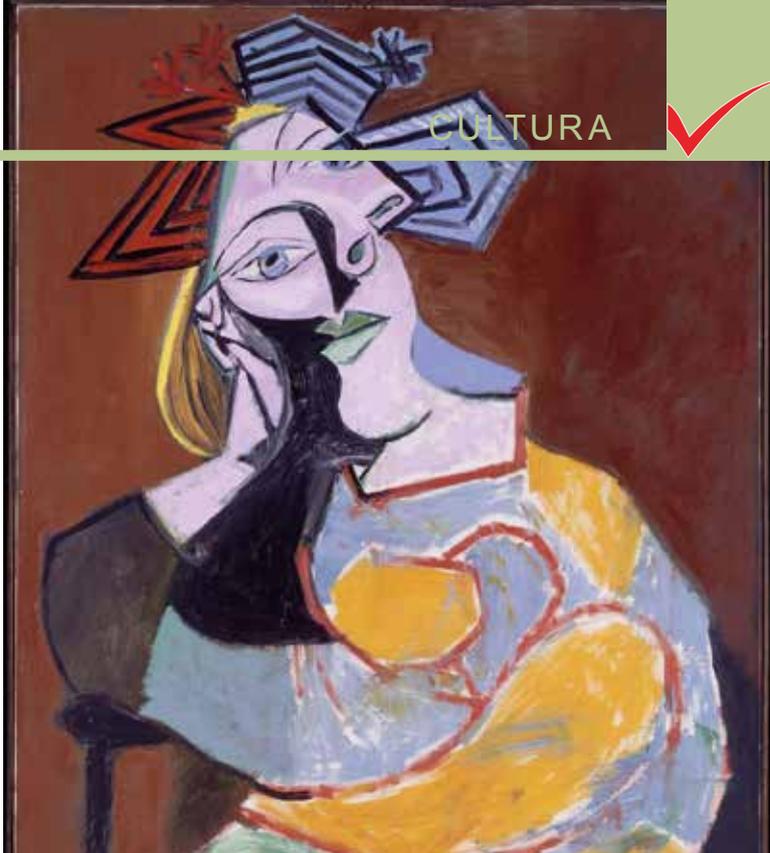
Gustavo Franco - Ex-presidente do Banco Central (1997-1999), escreve aos domingos em *O Globo* e *O Estado de S.Paulo*. Especialista em William Shakespeare, organizou a obra *A Economia em Machado de Assis - O Olhar Oblíquo do Acionista* (Jorge Zahar, 272 páginas).

*Artigo publicado originalmente em O Globo (29/03/2015). Ilustrações: Moeda e selo comemorativos aos 50 anos do Banco Central do Brasil e tela A Pátria, de Pedro Bruno (1918).*



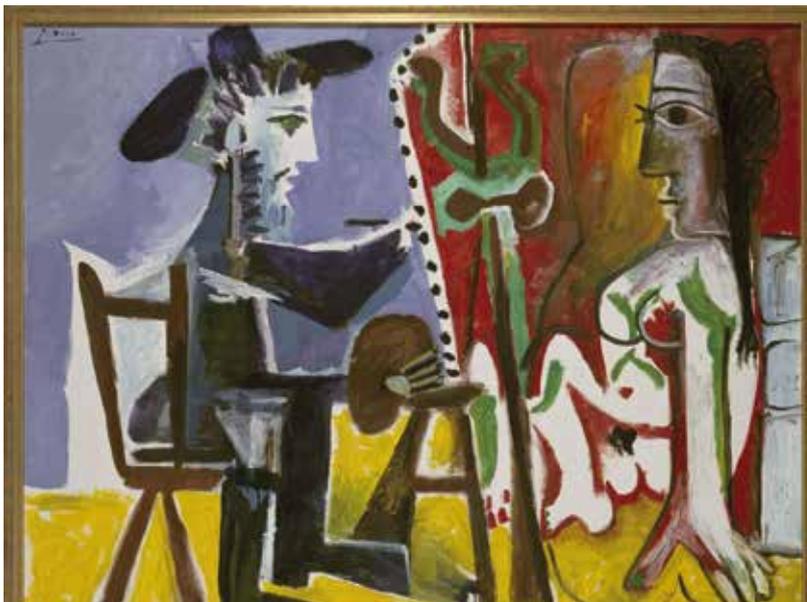
A mostra “Picasso e a Modernidade Espanhola”, com 90 trabalhos no estilo cubista, criado por Pablo Ruiz Picasso, pode ser vista até 8 de junho no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo. Telas de outros 37 artistas, entre eles Salvador Dalí, Joan Miró e Juan Gris, todos relacionados pessoal e profissionalmente com Picasso, também figuram na exibição itinerante, iniciada na Fondazione Palazzo Strozzi, em Florença, Itália.

O famoso e enorme painel Guernica, que retrata a Guerra Civil espanhola



Picasso - *Femme assise accoudée* (Mulher sentada apoiada sobre os cotovelos) - 1939

## A atualidade de Picasso e seus amigos, no CCBB



'O Pintor e a Modelo' (1963), de Pablo Picasso

(1936- 1939), é uma das obras dos mais procurados pelo público. Com um pouquinho de paciência, enfrentando filas de até 50 minutos, é possível conhecer todo o processo de criação da obra, exposta de forma interativa. Os visitantes, com o auxílio de uma lanterna, visualizam outros desenhos partindo de uma única imagem. Com 3,49m de altura por 7,76m de comprimento, o painel exhibe o bombardeio de 26 de abril de 1937, sobre a cidade de Guernica, então fora do conflito, por aviões alemães, em apoio ao ditador Francisco Franco.



Levada em 1940 para Nova Iorque, a obra retornou à Espanha somente em 1981, no centenário de nascimento de Picasso, falecido em 1973, e com o restabelecimento da democracia no país. Quando não participa de exposições como a do CCBB, Guernica pode ser vista no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, em Madrid.

Esboços e outras 45 telas de Picasso, como Cabeça de Mulher (1910), Busto e Paleta (1932), Retrato de Dora Maar (1939) e O Pintor e a Modelo (1963), espalham-se por oito módulos divididos entre os andares do CCBB. Com curadoria de Eugenio Carmona, professor de história da arte da Universidade de Málaga, cidade de Pablo Ruiz Picasso, na Andaluzia, a mostra foi organizada e realizada em colaboração com o Museo Reina Sofía e a Fundación Mapfre, da Espanha. Fotos não são permitidas.

*O percurso de Picasso como artista e mito, sua relação com mestres da arte moderna espanhola, como Gris, Miró, Dalí, Domínguez e Tàpies, e a contemporaneidade dos tempos atuais, na eternização de Guernica.*

## Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB)

### Picasso e a Modernidade Espanhola - Obras da Coleção do Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía

De 25 de março a 8 de junho  
De quarta a segunda, das 9h às 21h – Entrada gratuita  
Rua Álvares Penteado, 112 – Centro  
(11) 3113-3651/3652

**Confirmar presença pelo Facebook**

(<https://www.facebook.com/events/1376386072683918/>)

# Visite o novo Portal Sinal



**SINAL**  
SINDICATO NACIONAL DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

ÁREA DOS FILIADOS    REGIONAIS DO SINAL

O Sinal   Serviços   Jurídico   PASBC   Notícias   Publicações   Eventos   Fique por dentro   Contato

5ª feira, 19 de março de 2015

EM DESTAQUE

### CORROSÔMETRO



**Corrosômetro** dezembro/2014 e estimado em 6,6% para o ano de 2015. janeiro/2015

EM PAUTA

**APITO BRASIL...**

Edição 29 - 19/3/2015

Orçamento da União para 2015 prevê nomeação de aprovados no último concurso do BC.

Chegando ao final da gestão 2013-2015.

Sinal Nacional promove leilão de aparelhos eletrônicos usados.

Edição 28 - 17/3/2015

Reunião Sinal/BCB - 13 de março de 2015.

**ATUALIZAÇÃO CADASTRAL +**

ATUALIZE SEUS DADOS

**FILIE-SE AO SINAL**

Venha fazer parte desta história.

CLIQUE AQUI !

**SINAL NAS REDES SOCIAIS**

Junte-se a nós no Facebook

Curtir 601

PUBLICAÇÕES

**Saúde BC**

Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central

**Sinal na Mídia**

Debate sobre a autonomia do Banco Central

**Outras publicações:**

- Apito Brasil
- Apito Carioca
- Boca Paulista
- Sinal DASGERAIS
- Sinal-SP Informa
- Por Sinal
- PASBC Expresso

- Apito Brasil QVT
- Apito Carioca QVT
- Sinal Aberto
- Sinal-DF Informa
- Sinal PE
- Sinal Plural
- Cronol. Jurídico

O Sinal   Serviços   Jurídico   PASBC   Notícias   Publicações   Eventos   Fique por dentro   Contato
TOPO

+ Expandir o Mapa do Site



**SINAL**  
SINDICATO NACIONAL DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

**Sindicato Nacional dos  
Funcionários do Banco Central**

Desenvolvimento

www.sinal.org.br

**SINAL**  
SINDICATO NACIONAL DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL